

Renegociar o acordo com os credores

por Pedro Cafardo
de São Paulo



Abílio Diniz

O Brasil deve renegociar os termos do acordo feito com seus credores estrangeiros. Essa proposta, feita ontem por vários representantes empresariais, parece ganhar o apoio quase consensual das principais lideranças do País. Ela foi apoiada, por exemplo, em manifestações feitas por três destacados e bem-sucedidos empresários, durante o encontro "As Saídas para a Crise", promovido pela revista Exame, em São Paulo: Abílio Diniz, do grupo Pão de Açúcar; Antônio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim; e José E. Mindlin, da Metal Leve.

Quase ao mesmo tempo, em seminário promovido pela Bolsa de Valores de São Paulo, no Maksoud Plaza, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen fazia proposta semelhante (ver abaixo). Para Simonsen, a solução de questão externa passa necessariamente pelo entendimento bilateral entre as partes envolvidas. Antes de voltar a sentar com os banqueiros, porém, ele considera fundamental o ajuste interno, que inclui corte drástico — "não há mais tempo para medidas graduais" — dos subsídios e desindexação.

SUBSÍDIOS

A necessidade de fugir ao gradualismo, ante a gravidade do momento de crise,

Para controlar a atividade das estatais, principais responsáveis pelo estouro dos gastos do governo, Ermírio de Moraes propõe que se adotem dois parâmetros básicos: exigência de produtividade e expansão condicionada a aplicação de 70% de capital próprio.

A redução de subsídios, segundo José Mindlin, é um "remédio adequado". Neste ponto, porém, Mindlin alerta para que a dose seja bem administrada. "Aqui esbarramos novamente na falta de discussão ampla e de um debate prévio. Vamos tomar conhecimento a posteriori de decisões que vão afetar a vida de todos nós", disse Mindlin, referindo-se às medidas que devem ser formalizadas nos próximos dias pelo governo.

No campo das medidas internas, segundo Mindlin, é importante procurar reativar a economia, especialmente através do estímulo a setores e às empresas não dependentes de importação. Essa reativação, como explicou Ermírio de Moraes, "é urgente" para atenuar o grave problema do desemprego. Ele disse que as prioridades básicas da Nação devem ser saúde, educação, solo (agricultura) e subsolo (mineração).

Neste momento de emergência, entretanto, "só existe uma prioridade: o emprego".

Ra) e subsolo (mineração). Neste momento de emergência, entretanto, "só existe uma prioridade: o emprego".

DESINDEXAÇÃO

Ermírio, Mindlin e Diniz manifestaram opiniões semelhantes sobre a necessidade de desindexar a economia. "Numa economia como a brasileira, em que

a indexação é generalizada, o processo inflacionário adquire moto-próprio através do mecanismo de realimentação proporcionado pela indexação, persistindo mesmo que as causas primárias tenham desaparecido. Isso faz com que os choques externos de preços ou elevações setoriais de preços se acabem propagando para os demais setores, criando um círculo vicioso de difícil ruptura", afirmou Diniz. Por isso, ele propôs a aplicação de um redutor sobre todas as correções, exceto sobre a correção cambial.

Esse redutor, na opinião de Diniz, deveria ser aplicado durante pelo menos um ano, englobando basicamente a correção monetária e o INPC, embora considere conveniente também que se promova uma unificação desses índices.

José Mindlin também considerou a correção monetária como "fator realimentador da inflação", mas ressaltou que ela já foi "instrumento de grande utilidade para permitir ao País conviver com a inflação e acumular poupança".

Antônio Ermírio tratou a questão da indexação com ironia: "Qualquer dia desses vamos comer sanduíche de ORTN".

RENEGOCIAÇÃO

Abílio Diniz procurou delinear uma sugestão prática sobre a forma pela qual seriam renegociados os termos do acordo com os credores externos. Em primeiro lugar seria proposto o reescalonamento total dos pagamentos de amortizações e juros já vencidos e que deverão vencer nos próximos três anos, tanto da dívida de longo quanto da de curto prazo. O objetivo desse reescalonamento, explicou o empresário, seria obter um maior equilíbrio nas condições de pagamentos, afastando a possibilidade de uma moratória e abrindo espaço para um planejamento interno de médio e longo prazo.

"Ao mesmo tempo", acrescentou Diniz, "as autoridades deveriam estabelecer junto aos organismos governamentais e multilaterais de financiamento condições de obtenção de novos créditos durante o período de ajustamento, de modo a garantir as importações necessárias. Ao final de três anos, o Brasil garantiria o equilíbrio do balanço de pagamentos em conta corrente exclusive juros."